

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.208.050 - SP (2017/0296371-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : ECO PARTICIPACOES LTDA
AGRAVANTE : KAIROS ADMINISTRACAO DE IMOVEIS E PARTICIPACOES S.A
ADVOGADOS : BENTO PUCCI NETO E OUTRO(S) - SP073165
FÁBIO BARBALHO LEITE - SP168881
BRUNA SILVEIRA SAHADI - DF040606
AGRAVADO : WORK AVIATION SERVICE LTDA - EPP
AGRAVADO : NHR TÁXI AÉREO LTDA
ADVOGADO : HERIO FELIPPE MOREIRA NAGOSHI E OUTRO(S) - SP312121

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EMBARGOS DE TERCEIRO. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. FRAUDE NO CONTRATO DE LOCAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. RECUSO IMPROVIDO.

DECISÃO

Os autos noticiam que o Banco Bamerindus do Brasil S.A. (BANCO) propôs execução de título extrajudicial contra TAMC TÁXI AÉREO LTDA., MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS CAMARGO e JOSÉ MAURÍCIO DOS SANTOS CORRÊA (EXECUTADAS).

O BANCO cedeu os direitos creditórios para ECO PARTICIPAÇÕES LTDA e KAIROS ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E PARTICIPAÇÕES S.A. (EXEQUENTES), que passaram a integrar a lide.

Realizada a penhora de imóveis para garantia da execução, o representante legal da ECO foi nomeado depositário dos bens, tendo-lhe sido deferido o pedido de imissão na posse.

Contra essa decisão WORK AVIATION SERVICE LTDA - EPP e NHR TÁXI AÉREO LTDA (LOCATÁRIOS) opuseram embargos de terceiros.

O pedido liminar de suspensão da execução e da imissão na posse foi indeferido, ensejando a interposição de agravo de instrumento.

Ao apreciar o recurso o Tribunal de origem deu-lhe provimento, para suspender a execução com relação aos imóveis objeto da locação, assim como a ordem

de imissão de posse, cujo acórdão encontra-se assim ementado:

Embargos de terceiro - Indeferimento de liminar para suspender imissão de posse - Decisão fundamentada em acórdão que levou em consideração alegações das agravadas que vieram a ser desmerecidas com a propositura dos embargos – Cabimento da reavaliação dos fundamentos - Imissão de posse que vai causar efetivos prejuízos as agravantes que exercem nos prédios atividades lícitas e controladas pela ANAC empregando pessoas e valendo-se de autorização do órgão controlador da aviação - Necessidade da suspensão da imissão de posse até julgamento final dos embargos - Agravo regimental prejudicado – Recurso de agravo de instrumento provido (e-STJ, fl. 653).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Contra esses julgados as EXEQUENTES manejaram recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando violação dos arts. 489 e 1.022, ambos do NCPC, por não ter o acórdão recorrido se pronunciado sobre a matéria de defesa *a respeito da fraude perpetrada e contida nos supostos contratos de locação firmados. [...]. com a suspeitíssima condição de que a fiadora dessa locação é ninguém menos do que a filha e a esposa do locador [...]* (e-STJ, fls. 694/695), além da extensa vigência do prazo contratual.

Decorreu *in albis* o prazo para contrarrazões.

O Juízo Prévio de Admissibilidade negou seguimento ao apelo nobre por não vislumbrar a ocorrência da alegada negativa de prestação jurisdicional.

Irresignadas, as EXEQUENTES apresentaram o correspondente agravo reiterando a existência de omissão no julgado.

Sem contraminuta, os autos subiram para esta Corte Superior.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Cinge-se a pretensão em reconhecer a omissão no julgado quanto a matéria de defesa relacionada a suposta fraude no contrato de locação.

Compulsando os autos, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Diante do contrato de locação apresentado nos embargos de terceiro, o acórdão recorrido deferiu o pedido liminar de suspensão da execução quanto aos imóveis locados e a ordem de imissão de posse.

Instado a se manifestar sobre a suposta fraude naquela avença, o Tribunal de origem asseverou que a pretensão deveria ser objeto da ação principal.

Veja-se:

Não se negou a relação jurídica decorrente de locação. Não se negou que a ocupação decorre da locação.

Se há fraude, somente no curso da lide é que se poderá conhecer, não no estreito limite desde recurso (e-STJ, fl. 683).

Logo, não há negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal de origem decidiu a matéria controvertida de forma fundamentada.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. OMISSÃO E INSUFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. [...].

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1255148/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 07/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. [...]. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

[...]

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1310400/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25/10/2018)

Desse modo, é de se afastar a alegada violação dos arts. 489 e 1.022, ambos do NCPC.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator